



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

ATA DE REUNIÃO

**6ª Reunião Ordinária
Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau**

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
19/10/2020	14h00min	Videoconferência

MEMBROS PRESENTES		CARGO	CATEGORIA	REGIÃO
Comitê do 1º grau	Oswaldo Trigueiro do Valle Filho	Desembargador	Titular	Presidente
	Adhemar de Paula Leite Ferreira Neto	Magistrado	Titular	1ª
	Washington Rocha de Aquino	Servidor	Titular	1ª
	Fábio Brito de Faria	Magistrado	Titular	2ª
	Gustavo Farias Alves	Servidor	Titular	2ª
	Bruno Medrado dos Santos	Magistrado	Titular	3ª
	Janete Oliveira Ferreira Rangel	Magistrada	Titular	4ª
	Pedro Henrique de Araújo Rangel	Magistrado	Suplente	5ª
	Gilberto de Medeiros Rodrigues	Magistrado	Titular	Entidade Classista
	José Ivonaldo Batista	Servidor	Titular	Entidade Classista
	Benedito Venâncio da F. Júnior	Servidor	Suplente	Entidade Classista
	Odilson de Moraes	Magistrado	Titular	Indicado no Pleno
Comitê do 2º grau	Saulo Henriques de Sá e Benevides	Desembargador	Titular	Indicado no Pleno
	João Benedito da Silva	Desembargador	Suplente	Indicado no Pleno
	Higor Rodrigues Leal	Servidor	Titular	Indicado no Pleno
	Altamir de Alencar Pimentel Filho	Servidor	Suplente	Entidade Classista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

PAUTA

1. Abertura
2. Apresentação da Execução Orçamentária atual
3. Apresentação do Projeto da Gratificação Anual de Produtividade
3. Debates
4. Encerramento

DEBATES

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de 2020, pelas 14h00min, reuniram-se por videoconferência os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Iniciados os trabalhos, o Desembargador Oswaldo Trigueiro passou a palavra ao Desembargador Saulo Benevides que destacou a relevância da reunião, no sentido de se construir um planejamento pautado nas limitações orçamentárias, buscando economizar cada vez mais e fixar prioridades para se alcançar o objetivo de entregar à sociedade uma prestação jurisdicional efetiva. Dando continuidade, o Desembargador Oswaldo Trigueiro enfatizou a importância de enxugar os gastos, aumentando assim os recursos para investimentos e incentivos. Foi passada a palavra à Diretora de Finanças Gisele Barros que apresentou a execução orçamentária e financeira consolidada até o mês de setembro de 2020, demonstrando em detalhes as receitas e despesas previstas frente às realizadas até o momento, bem como os saldos remanescentes em cada fonte de receita. Após, foi dada a palavra ao magistrado Meales Melo que apresentou o Projeto de Resolução acerca da Gratificação Anual de Produtividade e Selo de Eficiência. Em sua fala, o magistrado explicou que o levantamento dos dados de Business Intelligence (BI) revelou a necessidade de um redirecionamento da força de trabalho para o alcance de resultados mais eficientes, baseados na métrica utilizada pelo CNJ para avaliar os tribunais de justiça anualmente. Diante disso, justificou o magistrado, foi concebida a premiação das unidades judiciárias que consiste no selo de eficiência para as unidades judiciárias mais produtivas e na gratificação pecuniária aos servidores dessas unidades. Continuando, o magistrado Meales Melo explicou que a avaliação para premiação levará em conta as unidades judiciárias que obtiverem as 60% melhores notas, que tenham melhorado sua taxa de congestionamento em relação ao ano anterior, que possuam ao menos 90% de seu acervo tramitando no PJE e, ainda, levará em conta a produtividade individual que deverá ser pelo menos 30% da maior produtividade dentro da unidade. Avançando em sua apresentação, o magistrado pormenorizou a forma de cálculo para obtenção das notas de eficiência das unidades, enfatizando que será feito um escalonamento nos valores das gratificações que partirão de metade até duas vezes o valor inicial da carreira de analista judiciário, de acordo com a posição alcançada pela unidade no ranking das unidades do mesmo grupo de competência. Após, o Desembargador Oswaldo Trigueiro parabenizou a iniciativa, mencionando que o judiciário paraibano encontrou o caminho certo para avançar na efetividade da prestação jurisdicional. Abertos os debates, o Desembargador Saulo Benevides perguntou qual o custo da gratificação de produtividade e como é feito o acompanhamento dos resultados das unidades. Em resposta, o magistrado Meales Melo informou que a gratificação de produtividade representará uma despesa de 6 a 7 milhões de reais e que seu acompanhamento é feito por uma comissão revisora instituída, sendo os resultados das unidades disponibilizados na intranet do tribunal, com atualização quinzenal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

Com a palavra, o servidor Gustavo Farias indagou qual seria o critério adotado se uma unidade judiciária não obtivesse 90% do acervo digitalizado em virtude de existirem processos físicos pendentes em outras instâncias. Continuando, o servidor Gustavo Farias perguntou se a arrecadação de custas seria usada como critério para a premiação na próxima gestão e como se dará a avaliação da produtividade dos assessores. Respondendo às questões levantadas, o magistrado Meales Melo informou que os casos em que o percentual de digitalização não for atingido por pendências alheias às unidades serão considerados pela comissão revisora quando da apuração dos resultados de modo que nenhuma unidade seja prejudicada. Em relação à arrecadação de custas, o magistrado informou que o novo sistema que vincula as custas ao processo já está em funcionamento, porém ainda passa por aperfeiçoamentos e, portanto, não possibilitou que esse critério fosse utilizado para a premiação desse ano. Foi passada a palavra ao desembargador Presidente Marcio Murilo que enfatizou o compromisso firmado com os possíveis futuros gestores para manter a continuidade administrativa de modo a assegurar uma prestação jurisdicional efetiva e segura. Após, o magistrado Gilberto Rodrigues sugeriu que fosse estudada a viabilidade de diminuição do percentual de distribuição de processos no cálculo da nota de eficiência das unidades, a fim de evitar distorção desproporcional em referida nota de eficiência. Com a palavra, o magistrado Meales Melo pontuou que a produtividade da unidade judiciária é uma só para fins de premiação, mas que serão atribuídos pesos às atividades de servidores e assessores de forma que se possa comparar de forma equânime a produtividade individual. Após, o servidor Altamir Pimentel questionou sobre a premiação não alcançar os servidores do 2º grau e os oficiais de justiça. Em resposta, o desembargador Marcio Murilo frisou que o foco no momento é dar prioridade ao 1º grau a fim de promover uma melhoria na prestação jurisdicional. Foi passada a palavra ao servidor Ivonaldo Batista que externou sua visão de que as decisões que afetam diretamente as categorias de servidores são tomadas de forma restrita à administração, sem a devida participação das entidades representativas. Respondendo, o desembargador Oswaldo Trigueiro ponderou que as decisões tomadas pela gestão são fruto de exaustivas discussões e baseadas em números que precisam e estão sendo melhorados em prol de resultados mais eficientes. Acrescentando, o desembargador Saulo Benevides afirmou que o diálogo existe e é importante, mas que as ações só podem ser realizadas em consonância com a legislação e com o orçamento disponível. Em seguida, o magistrado Meales Melo assinalou que a gestão atual está pautada na análise de dados para traçar estratégias institucionais e assim alcançar os objetivos determinados. O magistrado pontuou, ainda, que no momento as questões relacionadas a reajuste salarial tiveram que ser preteridas por outras demandas prioritárias frente às limitações orçamentárias e em busca de se atingir o interesse público. Após, o servidor Washington assinalou que, a despeito dos justos anseios dos servidores, existe um orçamento restrito que impossibilita que todos os pleitos sejam satisfeitos. Finalizando, o desembargador Oswaldo Trigueiro sinalizou que a próxima reunião dos comitês ocorrerá no mês de novembro do corrente ano, com data e pauta a serem definidas oportunamente e agradeceu a todos os participantes pela presença.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo responsável na unidade de apoio, a Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

ANA CAROLINE LEAL
VASCONCELOS:4758269

Assinado de forma digital por ANA
CAROLINE LEAL VASCONCELOS:4758269
Dados: 2020.11.04 09:23:02 -03'00'